

ITAPEMIRIM

Uma luta para manter a identidade cultural

Primeiro vieram os goitacazes. Tinha ali fartura de frutos e peixes. Nada melhor. Moradores mais antigos ainda se lembram das revoadas de pássaros nos crepúsculos locais.

Depois, os jesuítas e os primitivos engenhos de açúcar. A partir de 1700, o atual município do Itapemirim foi o responsável mais significativo pelo desenvolvimento no Sul do Estado. E o progresso, como se entendia então, foi entrando província adentro, através do então navegável rio Itapemirim, até Cachoeiro, levando gente e cargas e escoando a produção.

Lá morou aquele que é seguramente o homem mais ilustre do tempo do Império, em terras capixabas — o Barão de Itapemirim, que hospedou Pedro II e dele recebeu dois

monumentais óleos que ainda se encontram na cidade, como parte do acervo da Câmara Municipal. O Legislativo local é o único, no Espírito Santo, que ainda funciona num edifício de época, a antiga Casa da Câmara e Cadeia.

Mas é neste fundamental núcleo histórico capixaba que o descaso deixa ruir significativos monumentos arquitetônicos, como o Trapiche dos Soares, na barra do rio Itapemirim. E suas águas, tingidas de vinhoto da Usina Paineiras, são uma ameaça à sobrevivência dos

peixes, conforme denúncia do presidente do Conselho Comunitário local, Ronildo Coelho.

Mas a comunidade se mobiliza. Numa reunião com o Conselho Estadual de Cultura e representante da Prefeitura, na histórica Casa da Câmara, no último sábado, foram encaminhadas algumas medidas para preservar o meio ambiente e a identidade cultural da região, onde já foi destruído um sítio arqueológico

indígena e os agrotóxicos põem em perigo a lagoa de Guanandy, em processo de tombamento.



As palmeiras centenárias, tendo ao fundo a matriz de Nossa Senhora do Amparo, que data de 1855. (Foto de Roicles Coelho)



No final de 1984, Gildo Loyola fotografou os peixes mortos pela poluição do rio Itapemirim, com auxílio do pescador Garcia da Costa. (Arquivo AG)

A preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural do município de Itapemirim começa a ser objeto de um trabalho conjunto de um grupo da comunidade, da Prefeitura local e do Conselho Estadual de Cultura. Entre as medidas mais urgentes a serem tomadas se inclui o tombamento para fins de preservação da Trapiche dos Soares e da casa da mesma família.

Outro tombamento em vista é a Casa da Câmara e Cadeia — onde ainda funciona a Câmara Municipal, num caso único da história capixaba. De dois pavimentos, e conservando em suas portas as vidraças (bandeiras) francesas originais, o prédio não oferece segurança, por exemplo, para os dois quadros a óleo do Imperador e de Teresa Cristina, presentes de Pedro II após a histórica visita ao local, em 1860.

Os quadros estão sob a ação da umidade da chuva que goteja no ambiente e em razoável estado de conservação, devendo ser objeto de uma restauração imediata. Outra medida a ser tomada é a retirada, do anexo da Câmara, de material inflamável, o que deixa o edifício em total insegurança.

A reunião

Dentro de uma política de trabalhar junto às comunidades nos municípios, seis membros do Conselho Estadual de Cultura se reuniram, no último dia 22, com a comunidade de Itapemirim e o representante do prefeito, Gentil Soares. A comitiva estava acompanhada de profissionais de apoio, como a representante do Departamento Estadual de Cultura, Lúcia Delmaestro, que está à disposição do Conselho para assessorar no estabelecimento de uma política cultural para o próximo Governo.

O encontro ocorreu na Câmara Municipal, amplo e conservado salão em que se destacam a beleza dos vidros em policromia das várias portas do segundo pavimento em forma de "bandeiras" e os dois quadros a óleo de Pedro II e Teresa Cristina, que estão sofrendo deterioração por causa da umidade do local em época de chuva. São obras de grandes dimensões, cerca de 1,50 x 1 metro. Foram enviados à Câmara em 1860, após a visita da família imperial, quando o imperador tinha 36 anos.

O representante do prefeito, seu chefe de Gabinete Gentil Soares, agradeceu ao Conselho e aos membros da comunidade que tiveram a idéia de promover a reunião, em nome do prefeito Benedito Elias, que não pôde comparecer. E indagou da possibilidade do Governo do Estado ceder à Prefeitura, em regime de comodato, a antiga garagem da estação ferroviária, para a montagem de equipamentos culturais no local.

Trata-se de um amplo edifício com espaço superior ao dobro do Centro Cultural Carmélia M. de Souza, em Vitória, e que, pelo seu bom estado de conservação, facilitaria sua utilização como espaço cultural.

Como estava na pauta da reunião o processo de tombamento da lagoa de Guanandy, nas adjacências da cidade de Itapemirim, o proprietário de terras à sua margem e plantador de abacaxi Ronildo Coelho fez uma exposição da sua atividade no local, mostrando-se preocupado com o fato de que as possíveis medidas a serem tomadas venham a prejudicar seu projeto.

Ele chegou a oferecer 12 hectares, caso outros proprietários da região aceitem também participar do projeto, de uma área de mata virgem para a criação de uma reserva na região, variando de 10 a 12 alqueires.

Quanto à lagoa, está correndo seu processo de tombamento e a comunidade local se mostra-

va interessada em sua concretização, por se tratar de um monumento paisagístico e também pelo fato de um povoado vizinho se servir de suas águas, que estariam correndo risco de contaminação, por causa do uso de agrotóxicos nas imediações, no plantio de abacaxi. As justificativas para o tombamento da lagoa dependem de trabalhos na área de ciências biológicas e da definição do manancial como recurso hídrico em uso. O processo corre no Conselho Estadual de Cultura e o conselheiro Fernando Achiamé, que presidia a reunião na ausência da secretária de Educação, fez um relato das providências em curso para este caso, que originariamente tinha o naturalista Augusto Ruschi como relator, a partir de um pedido do publicitário Roicles Coelho, proprietário de terras às margens da lagoa.

Falando em nome da comunidade, o professor José Rubens Brumana mostrou a necessidade da preservação da lagoa e também da restauração do Livro de Tombo da Comarca Eclesiástica de Itapemirim, valioso documento histórico do século passado e que se encontra em precário estado de conservação, no arquivo da paróquia. Ele exibiu o volume para comprovar o fato.

Foi solicitada também à Prefeitura a transferência dos materiais inflamáveis para local distante da antiga Casa da Câmara e Cadeia, onde a comunidade quer instalar, no térreo, a Casa da Cultura de Itapemirim. Um pouco modificada, trata-se do único remanescente deste tipo de prédio público, no Estado, o que deverá contribuir para seu rápido tombamento.

Um dos representantes da comunidade, José Teodoro do Espírito Santo, propôs a criação de uma comissão para cuidar da preservação do meio ambiente do município de Itapemirim. Idéia aprovada, com a sugestão de que seu campo de ação fosse mais amplo, abrangendo os aspectos culturais da região.

Entre eles estão os sítios arqueológicos indígenas, de acordo com o poeta e compositor Eliário Leal, que, por ser descendente de índios, fez

um rápido relato sobre essa cultura em Itapemirim.

Com relação a esses sítios, há dois, na região, de acordo com informações de Ronildo Coelho. Um deles foi encontrado numa escavação da Prefeitura, há poucos anos. O representante do prefeito informou que houve providências para a proteção do local, mas uma noite algumas pessoas escavaram e acabaram por quebrar talhas no local. Também não teria dado resultado o convite a um representante da Universidade Federal do Espírito Santo para fazer estudos no local.

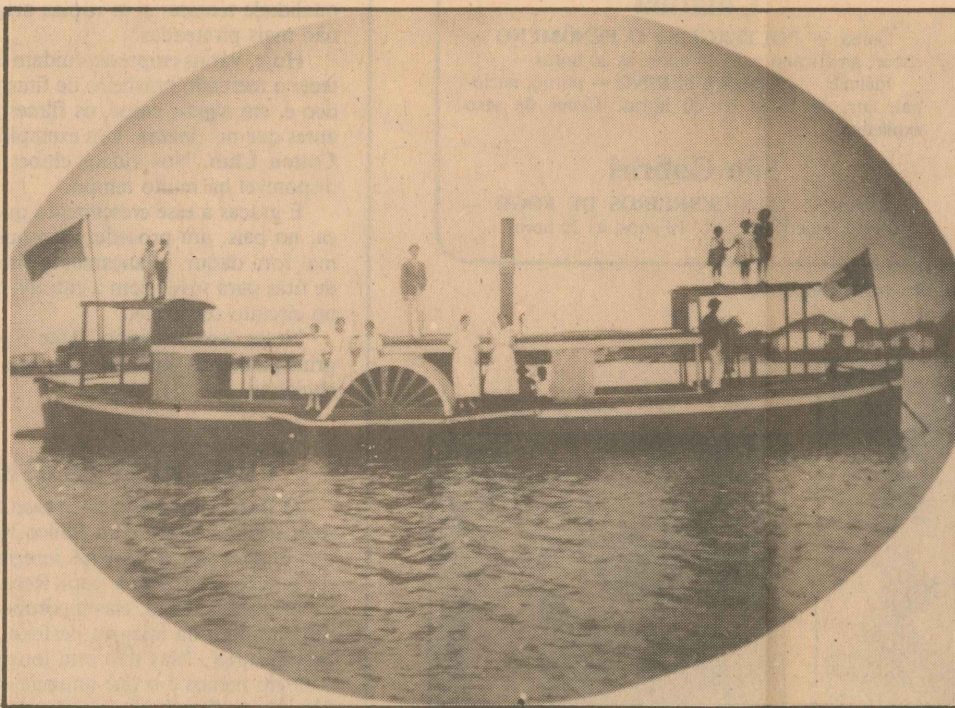
Sobre o outro sítio arqueológico, Ronildo Coelho nada disse e nem lhe foi perguntado.

Como integrante da equipe interessada em preservar a cultura de Itapemirim, Evelize Soares, uma das herdeiras do Trapiche e Casa dos Soares, manifestou o máximo interesse para sua

preservação. A casa se encontra em bom estado de conservação. É mais recente. Mas o trapiche provavelmente não terá mais condições de ser restaurado, a não ser que alguém o explore economicamente, como restaurante ou similar.

Entre as sugestões que surgiram na reunião, merecem destaque: que a equipe trabalhe integrada com a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, que tem um setor de cultura e pode transferir experiência; que atue unida aos movimentos regionais (associações, por exemplo), incluindo aí o grupo de Piúma, que detém uma tradição de luta em defesa da preservação do meio ambiente local; que a Empresa Capixaba de Turismo seja envolvida no processo, já que Itapemirim tem grande apelo turístico; e que o Departamento Estadual de Cultura comece a direcionar um trabalho para a região, com o objetivo de divulgar o local e sensibilizar a opinião pública para a necessidade de preservação dos monumentos e paisagens, em que se incluem, além dos citados imóveis, igrejas, palmeiras centenárias e a casa onde morou o poeta Narciso Soares.

Caderno Dois



O barco São Luiz, que transportava cargas e passageiros do Porto da Barra a Cachoeiro de Itapemirim. (Reprodução feita por Roicles Coelho)



O coronel Soares, que morreu recentemente, era o representante da família que sustentava a navegação do rio Itapemirim. (Roicles Coelho)

De terra dos goitacazes a moderno balneário

Os habitantes da região do atual município de Itapemirim eram os índios goitacazes. Sabiam o que era bom. E se estabeleceram em terras onde havia fartura de frutos e peixes, por causa dos rios e lagoas — como a Guanandy, hoje em processo de tombamento — e o piscoso litoral.

Os primeiros colonizadores eram procedentes de Guarapari. E os jesuítas se dirigiram para a região, onde criaram gado, na fazenda de Muribeca, e fundaram a Igreja de Nossa Senhora das Neves, hoje monumento histórico nacional, tombado pelo Sphan (hoje é o município de Presidente Kennedy).

Veio da Bahia quem montou o pri-

meiro engenho de açúcar no município. Foi Domingos Freitas Bueno Caxanga, em 1700. Em 1754, suas propriedades passaram para Balthasar Caetano Carneiro e Pedro Bueno, que se transformaram nos verdadeiros desbravadores da região. Foi construído novo engenho na localidade de Belo (depois, Fazendinha).

A matriz de Itapemirim data de 1855. É obra do missionário capuchinho Frei Paulo Antônio Casanovas, considerado o apóstolo do Itapemirim.

Em 1769, por carta régia, foi criado o distrito de Itapemirim. O município surge com o alvará de 27 de junho de 1815, dando-se a instalação no dia 9 de agosto seguinte.

O título de Barão do Itapemirim foi concedido a José Marcellino da Silva Lima em 1846. Ele foi dos homens que mais fizeram pelo progresso da região. Hospedou o imperador Pedro II e sua mulher, Teresa Cristina, em 1860. Em retribuição, eles lhe enviaram posteriormente duas telas de grandes proporções pintadas por Carvalheiro de Almeida, retratando os ilustres hóspedes. Elas se encontram na Câmara Municipal, antigo prédio da Câmara e Cadeia, em sofrível estado de conservação.

A Comarca de Itapemirim data de 23 de março de 1835. Foi suprimida duas vezes, mas novamente estabelecida em 1931. O município mantém sua vocação

primitiva de produtor de cana-de-açúcar. O plantio de abacaxi é uma moderna fonte de riquezas. Nos seus 35 quilômetros de litoral encontra-se um dos principais balneários capixabas, Marataizes.

Só que os monumentos históricos da época da colonização estão ruindo na barra do Itapemirim, navegável no passado, quando foi significativo para a interiorização do desenvolvimento — juntamente com o Rio Itabapoana, também no Sul do Estado. E o rico meio ambiente que atraíu os goitacazes — incluindo a profusão de frutos e peixes — também está indo por água abaixo, por causa da poluição de vinhoto e do desmatamento desenfreado.